

## NATUREZA, IMAGINÁRIO E A REINVENÇÃO DO NORDESTE.

Profa. Dra. Iná Elias de Castro (\*)

### INTRODUÇÃO

A relação entre a sociedade e a natureza supõe, necessariamente, duas dimensões. Uma concreta, que se realiza nos diferentes modos de mobilização dos recursos naturais para a subsistência e outra simbólica, progressivamente elaborada com os signos da natureza que se imprimem no imaginário social. Paralelamente à prática social que organiza o espaço, desenvolve-se um imaginário fundado nesta prática que tem no discurso – científico, político e literário - uma forma de expressão e de visibilidade. A partir desta proposição, foi estabelecido como problema neste trabalho os discursos capazes de expressar o modo pelo qual um fenômeno da natureza pode impor-se ao imaginário social e político, tornando-se ele mesmo uma questão central para a sociedade. Trata-se de tentar compreender, num contexto de superação acadêmica do determinismo geográfico, qual o significado de conferir à natureza um sentido explicativo para graves problemas sociais e os desdobramentos desta prática sobre a organização da sociedade e do território.

O caso concreto aqui proposto é a Região Nordeste brasileira, cuja natureza semi-árida de mais de metade do seu território está sujeita a secas periódicas – estiagens mais prolongadas. Estas têm constituído o problema de maior visibilidade, em torno do qual gravitam, historicamente, a maior parte da sociedade, da economia e da política regionais. As secas nordestinas constituem uma questão recorrente que percorre tanto os textos acadêmicos, políticos, literários, como aqueles veiculados pela mídia, obedecendo as mesmas leis cíclicas da natureza. No entanto, apesar de os ciclos da natureza ainda não serem passíveis de controle ou de elaboração de um calendário confiável, a regularidade e a previsibilidade dos termos da sua discussão constituem uma evidência empírica que merece ser estudada. Na realidade, estamos diante de dois sistemas, o da natureza e o da sociedade que, embora em interação, possuem causalidades distintas, mas foram unificadas no discurso sobre a seca nordestina.

O argumento que procuro desenvolver é que esta unificação nos discursos sobre a natureza semi-árida e a seca nordestinas foi fundadora para a construção do imaginário regional e dos valores simbólicos a ele associados. Paralelamente, proponho discutir sobre a necessidade de separação das causalidades específicas dos sistemas natural e social, como estratégia de desconstrução da perspectiva da seca como sujeito social. Na realidade, busco apontar que os problemas atribuídos à ocorrência periódica da seca só serão efetivamente *combatidos*, no sentido que historicamente este vocábulo adquiriu, quando se deixar de falar nela. No imaginário regional, a natureza semi-árida é o sujeito e a sociedade seu objeto, instituindo a perspectiva de uma sociedade vitimizada pelo seu meio. Ao contrário da Amazônia, cuja natureza é vista como vítima dos homens, a natureza semi-árida da Região Nordeste faz dos homens suas vítimas. São os significados desse olhar que procuro aqui compreender.

A análise proposta parte da constatação, informada por textos produzidos na Região e fora dela, de que há no imaginário regional e nacional uma associação entre o fenômeno da seca do Sertão nordestino e os entraves ao processo de modernização econômica e desenvolvimento das atividades aí implantadas e a resistente pobreza da sua população trabalhadora. As razões, as conseqüências e os mecanismos desta associação já foram bastante analisados (CASTRO, 1992).

As razões remetem a conjunção de complexos fatores históricos e geográficos que moldaram os atores sociais regionais, suas articulações com o processo de *nation building* e a organização dos seus interesses. (LIMA, 1999; ALBUQUERQUE JR., 1999) As conseqüências práticas para a sociedade e para o seu território são: a preservação de relações sociais verticais que se reproduzem nas estruturas de poder local, a exclusão social, as estratégias para obtenção de recursos públicos, já tendo sido apontadas em muitos e importantes estudos sobre a Região (FAORO, 1976; FURTADO, 1964; OLIVEIRA, 1981). Os mecanismos são encontrados nos campos semânticos dos discursos, suas metáforas e suas associações, poderosos recursos simbólicos na elaboração da imagem regional, para dentro e para fora. (CASTRO, 1991; PAULINO, 1992).

O trabalho parte da suposição que as imagens da natureza, contidas nos diferentes discursos sobre o Nordeste brasileiro, são importantes porque revelam a racionalidade dos seus formuladores. É interessante observar como o discurso regional que se fundamenta no clima semi-árido como problema é contraditório com -----

(\*) Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

a superação científica do determinismo geográfico e com o processo de desenvolvimento regional e nacional.

No entanto, ele guarda bastante coerência com as decisões que ele reivindica, e obtém. Esta pode ser uma pista para compreender porque, apesar do seu reducionismo simplista, apesar de estar na contracorrente da atualidade regional, apesar de trabalhos importantes que têm denunciado as estratégias conservadoras a ele relacionadas, este discurso resiste e impõe-se há mais de um século.

Os desdobramentos das referências à seca no discurso político são evidentes e apontam a existência de um imaginário político que busca na natureza seu suporte simbólico. Assim, a relação entre natureza e imaginário político define um campo de investigação que busca identificar formas possíveis de utilização de aspectos particulares da natureza na construção do imaginário coletivo de uma sociedade e a instrumentalização deste imaginário para ações de base política no seu território. Portanto, tornar a natureza um recurso político supõe, não apenas a sua utilidade, mas a forma como ela é percebida coletivamente (ROUX, 1999).

Essa relação é uma questão antiga e tem assumido, ao longo da história, diferentes formas de racionalidade e de objetivação, que vão desde os recursos disponíveis na natureza, como suporte para a subsistência ou para o processo de desenvolvimento econômico, até a perspectiva dos entraves naturais a ambos. Porém, são as imagens construídas socialmente sobre eles que constituem a base fundamental do imaginário social e recurso para a retórica ou para a ação política.

Visões particulares da natureza sempre alimentaram concepções políticas e as correntes deterministas da geografia deram importante contribuição aos seus discursos. Na filosofia a interpretação de Montesquieu da relação entre as leis da natureza e as leis colocadas pelo poder político em seu *Livro Décimo Quarto do Espírito* das leis indica as vantagens encontradas nos homens dos climas frios e consequentemente para o processo civilizatório por eles realizado. Apesar da superação, na geografia, de um determinismo que buscava estabelecer leis de comportamento e qualidades humanas em função das qualidades do *habitat*, o determinismo não abandonou de todo o imaginário de algumas sociedades. Pelo contrário, revisitado recentemente por David Landes (1998) como possibilidade explicativa para as persistentes disparidades de desenvolvimento no mundo, o peso da natureza se atualiza e resgata um discurso reducionista e simplista, mas que ainda guarda seus adeptos.

No caso do semi-árido nordestino, a perspectiva de que residem nas dificuldades impostas pela sua natureza a principal causa dos problemas da Região tem sido um recurso discursivo que, partindo da elite intelectual e política, seduz e compromete toda a sociedade. Na realidade, a idéia de que o clima semi-árido do Sertão nordestino é responsável pela condição periférica e de atraso regionais faz parte do imaginário nordestino e nacional, e revela a permanência da perspectiva da natureza como protagonista importante da formação nacional (LIMA, op.cit.). Nos limites semi-áridos do sertão contemporâneo, bem menor que o vasto interior do país do significado original do termo, o determinismo da natureza aparece mais fortemente implícito, tanto na idéia de que o "sertanejo é antes de tudo um forte" de Euclides da Cunha, como na imagem do território condenado ao sofrimento e à pobreza por uma natureza difícil de ser domada. Sendo esta mesma natureza também base do discurso político e argumento para a reivindicação de recursos públicos, mais do que um símbolo do imaginário social, ela passa a representar um valioso poder simbólico para as demandas políticas, tanto na escala regional como nacional. A natureza semi-árida, neste caso, é exemplarmente apropriada pelo imaginário coletivo através de imagens que são retrabalhadas na produção intelectual na e sobre a Região, dando suporte ao discurso e aos atos políticos (CASTRO, op.cit.,1992).

Porém, como o imaginário social encontra-se ancorado também na sua base produtiva, novas atividades que surgem no território nordestino, como o turismo e o agrobusiness, obrigam a que se elabore novos termos e um novo conteúdo para o discurso na Região. Este inverte completamente o papel tradicionalmente atribuído à natureza, e a ausência de chuvas constitui um recurso que melhora as vantagens comparativas do espaço regional frente à competitividade do mundo contemporâneo. Quais as possibilidades concretas desta subversão? Esta é outra questão que nos propomos a abordar.

Para maior clareza da discussão aqui proposta, a exposição será organizada em três partes. Na primeira, é apresentada uma síntese do processo de ocupação do Sertão, destacando os traços essenciais deste processo e, sempre que explicitadas, as avaliações dos historiadores sobre a natureza semi-árida. Na segunda, são explicitados os argumentos dominantes nos discursos sobre a seca nordestina no final do século XIX e início do XX, em artigos publicados na Revista do IHGC (Instituto Histórico e Geográfico do Ceará). Na terceira, a partir da visibilidade dos termos mais frequentes dos textos referenciados à natureza regional, são explicitados comparativamente os enunciados, sobre esta mesma natureza, propostos pelos novos atores econômicos que vêm se instalando em diferentes partes da Região. As diferenças dos termos fundadores do novo discurso em relação aos que tradicionalmente têm sido socialmente aceitos e reproduzidos são significativas de um embate mais profundo, que vai muito além da disputa semântica. No plano geográfico, são as formas de domínio e ordenação do território que estão em

questão. São estas formas, antigas e novas, sua plasticidade econômica, social e política que queremos compreender.

## NATUREZA COMO UM DADO OBJETIVO E PROCESSO HISTÓRICO

No Sertão nordestino, de clima tropical semi-árido, a pouca quantidade de chuvas, ou mesmo sua ausência em intervalos menos ou mais longos, é uma realidade cotidiana. Portanto, mesmo que a possibilidade de se obter um calendário das secas seja ainda remota, a probabilidade que elas ocorram é uma evidência, uma contingência da natureza desta parte do país. Desse modo, como balizamento da discussão, a seca é tomada por aquilo que ela é: um fenômeno da natureza. Este *parti pris* estabelece um contraponto essencial para a tentativa de compreender o sentido mais profundo do fenômeno e do vocábulo seca no discurso, dentro e fora da região.

Na perspectiva do processo histórico de povoamento do país, o território do clima semi-árido, em sua maior parte, possuía uma natureza bastante diferente do paraíso tropical verdejante do imaginário europeu (CAMPOS, 1993; HOLANDA, 1992), forjado pelos primeiros contatos com o litoral da América Central e do Sul. Naquela, as matas ralas, os arbustos espinhentos, os solos nus eram as marcas de uma outra paisagem, contrastante com a que foi encontrada no litoral úmido. O fascínio da exuberância do verde das florestas chocava-se diante da rala caatinga, além disto, tudo que estava além do litoral açucareiro, *locus* da riqueza e da cobiça dos primeiros séculos da colonização, era menosprezado. Na ausência das riquezas procuradas pelos colonizadores, a ocupação do território para além da Chapada da Borborema e do rio São Francisco foi sempre complementar e secundária em relação à economia litorânea (FURTADO, 1972).

No entanto, mesmo se esta natureza tão diferente não impediu o processo de povoamento, iniciado nos primeiros séculos da colonização, a sua qualificação negativa encontra-se presente tanto em relatos dos viajantes mais antigos como na avaliação de historiadores do nosso século. Tratava-se de uma *natureza imprestável* para Caio Prado Júnior (1971), *hostil* para Raimundo Faoro (op.cit.) ou *árida e inóspita* para Sérgio Buarque de Holanda (1989).

Uma rápida retrospectiva histórica é aqui importante para definir o cenário das questões que queremos discutir e para identificar algumas contradições nas descrições das possibilidades de ocupação daquelas terras e na forma de qualificação da sua natureza. A vegetação rala e a topografia sem grandes acidentes de relevo facilitaram a ligação, pelo interior, entre a Bahia e o Maranhão. Paralelamente, o rio São Francisco, com seus barreiros de sal e sua disponibilidade de água, constituiu um eixo fundamental, tanto para a circulação dos exploradores como para a *criação de um segundo sistema econômico* (baseado na pecuária extensiva), *dependente da economia açucareira*. (FURTADO, 1972,p.56)

Porém, sendo a produção do açúcar o parâmetro para avaliação das terras da colônia, na ausência de pedras ou metais preciosos, ou de outras riquezas, era natural que aquelas terras semi-áridas fossem consideradas pouco propícias ao tipo de aventura colonizadora em terras brasileiras. No entanto, é interessante ressaltar que os historiadores modernos reproduzem esta avaliação negativa, deixando de lado o contexto particular da colonização. Em sua descrição da marcha do povoamento no século XVI, Sérgio Buarque de Holanda fala sobre a Capitania do Rio Grande, *a extrema da colonização portuguesa no Brasil. E se aqui não havia massapés nem barro, mas sim areia solta, imprópria para a lavra de açúcares ou de outras granjearias – a pior terra do Brasil, na expressão de Frei Vicente do Salvador – boa apenas para pastos e gados, que dizer da região que mais a oeste lhe ficava contígua?* (op.cit.p.197). Também Caio Prado Júnior (op.cit.p.44) aponta a importância da expansão da pecuária, propiciada pela abundância de terras no interior do Nordeste, e reforça a visão colonial das dificuldades impostas por aquela natureza. Para o autor, *mesmo quando* (o Sertão) *apresentava os maiores inconvenientes à vida humana e suas atividades. (...) É nesta região ingrata que se desenvolve a pecuária que abastecerá os núcleos e povoados do litoral Norte, do Maranhão até a Bahia. (...) Apesar das condições desvantajosas – em parte graças a elas – porque forçaram uma grande dispersão, as fazendas de gado se multiplicaram rapidamente, estendendo-se, embora numa ocupação rala e cheia de vácuos, por grandes áreas*. Há nesses dois exemplos termos bastante paradigmáticos do imaginário nacional sobre a região: *impropriedade, pior terra, inconveniente, ingrata*. Estes, significativos de uma realidade do contexto colonial, permanecem como conteúdos descritivos no contexto atual.

A pecuária extensiva, complementar ao sistema açucareiro, foi fundamental à formação do complexo econômico nordestino no período colonial e ao povoamento do interior. A expansão da pecuária, que se fazia pelo crescimento vegetativo do rebanho, possibilitava tanto a absorção da força de trabalho que crescia vegetativamente no Sertão como daquela dispensada pelo sistema açucareiro em lenta decadência. A disponibilidade de terras permitia que a pecuária recebesse os excedentes emigratórios da cultura canieira do litoral e que se ampliasse uma atividade de subsistência fundamental para o crescimento demográfico e o povoamento do sertão (FURTADO, 1972, p.62).

Há na discussão deste processo de ocupação duas dimensões que queremos destacar: uma que avalia a economia do sertão em oposição ao litoral açucareiro, subsumindo, ou mesmo explicitando, a natureza – o regime de águas e a qualidade dos pastos - como o fator que explica a baixíssima densidade econômica da pecuária sertaneja, como indicado acima, e outra que, ao contrário, aponta o formato das relações sociais historicamente desenvolvidas como o eixo explicativo mais importante, como em *O outro Nordeste* de Djacir Menezes (1937). Esta é uma referência fundamental para essa última perspectiva. O autor, ao contrário dos historiadores citados, afirma que *com as informações sobre as terras favoráveis à criação às margens dos rios ou riachos, nas caatingas, a indústria do pastoreio penetrou estas zonas sertanejas em condições edáficas e climáticas propícias*. Referindo-se à seca de 1792 que liquidou o comércio de carne charqueada, importante nesta época em Aracati, o autor admite a importância da natureza como mediação das atividades econômicas aí implantadas, porém acrescenta que *ao lado do flagelo climático, agiam perturbadoramente as condições sociais: as lutas pelas concessões de sesmarias (...), as relações de produção entre proprietários e os que ofereciam a força de trabalho* (P.53-55).

Na realidade, a rápida expansão das fazendas de gado pelas terras do Sertão se explica tanto pelo crescente consumo do litoral como pela facilidade com que se estabeleciam. Obtida a sesmaria, *eram levantados toscos currais e 10 ou 12 homens constituíam o pessoal necessário ... o trabalho é, em regra livre, o proprietário é (geralmente) senhor de muitas fazendas, é um absenteísta que reside nos grandes centros do litoral*. (PRADO JR., op.cit.. p.45) No período colonial, o desenvolvimento do sistema produtivo do sertão, com base na pecuária extensiva, se não chegou a propiciar as condições para a acumulação capitalista e para a formação de uma classe proprietária abastada, como bem demonstra Celso Furtado (1972), favoreceu a produção e reprodução de uma ordem social que deixou profundas marcas na galeria de tipos sociais e políticos, tanto no Império como na República, como apontaram Raymundo Faoro e Djacir Menezes.

Para o primeiro, *a herança do conquistador – o “coronel” e o capanga, o fazendeiro e o sertanejo, o latifundiário e o matuto, (...) – permanecerá estável, conservadora na vida dos brasileiros* (p.156), para o segundo, é o baixo nível técnico que determina *a natureza das relações entre os indivíduos empenhados no processo de produção - proprietários, vaqueiros, empregados, e aqueles que impõem uma ordem privada – jagunços, bandoleiros, capangas políticos* (p.56). Para esses autores, mais do que o processo civilizatório a partir do litoral (mais modernizador do que civilizador para Faoro), foi a própria ocupação do interior que produziu *uma civilização desdenhada, onde toma corpo o material mais ativo da conduta política dos brasileiros, que a centralização, irradiada da costa, busca, envergonhada, reprimir, ocultar e negar* (FAORO, op.cit.p.156). Para Menezes, é no baixo nível da técnica que *tem significação viva no sistema social que se deve procurar compreender os fenômenos políticos e sociais que resultaram das relações adaptativas desses grupos humanos na sua atividade humanizadora*. (op.cit.p.56-57)

O que queremos reter desta discussão sobre a natureza e o processo de ocupação do Sertão nordestino é o debate implícito da mediação ou determinação da natureza na organização da sociedade regional. Além disso, buscamos perceber como os conteúdos valorativos da natureza semi-árida foram preservados para muito além das circunstâncias para as quais eles foram elaborados. No contexto da colonização, sob o domínio das vantagens econômicas do sistema açucareiro e das buscas dos exploradores por outras riquezas ou por escravos, a ausência das primeiras e a resistência dos índios tornavam aquele território realmente desvalorizado. Neste sentido, cabe perguntar, alguns séculos após a aventura colonizadora no Sertão, porque os termos essenciais de qualificação da sua natureza continuam os mesmos?

Apenas para ilustrar a pertinência da questão, a Amazônia que no início do século era o “inferno verde”, com todos os conteúdos implícitos desta adjetivação, hoje é “pulmão do mundo”, “usina” de biodiversidade, fonte de biomassa; da mesma forma as grandes extensões do Planalto Central cobertos pelo Cerrado, vistas como de pouco valor para a expansão da agricultura há algumas décadas, na atualidade é apontado como o grande celeiro do país. Na realidade, de acordo com a hipótese proposta mais acima, a resistência do imaginário sobre a natureza semi-árida resiste com a estrutura sócio-econômica do Sertão, suas relações de produção, relações sociais e base produtiva, que constituem o seu fundamento material.

## SECA E DISCURSO NO NORDESTE BRASILEIRO.

Os pequenos índices pluviométricos anuais e a possibilidade de ocorrência de estiagens mais prolongadas que o normal constituem traços marcantes e diferenciadores da natureza semi-árida nordestina. A paisagem que surge da associação entre o clima tropical semi-árido e a estrutura geológica possui traços bastante singulares na ampla gama de aspectos da natureza brasileira. No entanto, justamente por ser a natureza um componente banal do cotidiano social, é importante compreender em que momento e sob que condições ela se torna um “espaço discursivo”, ou seja, é reconhecida como participante de um discurso que altera seu status, transformando-a em causalidade e sujeito num dado território. No caso particular do território semi-árido da Região Nordeste houve esta transferência de sentido, substituindo-se o léxico (*seca*) pela semântica (*significado*), criando-se um conjunto de expressões metafóricas que substituíram o enunciado da seca fenômeno climático pela enunciação da seca como tragédia.

Na realidade, esta situação parece confirmar a afirmação de Felix Kauffman de que todo discurso, além do significado, tem propósitos. Para ele, “*habitualmente, faz-se uma comunicação com o fito de promover a realização de um conjunto de fins mais ou menos relacionados entre si.*” Mas este autor nos dá ainda outra importante contribuição quando chama atenção para o fato de que “*um hábito linguístico pode perpetuar os erros de raciocínio que se originaram nesse hábito*”. Este nos parece ser o caso das referências à natureza semi-árida e à seca, cuja transferência de sentido, apontada mais acima, permanece para muito além do que seriam suas razões originais.

Para identificar e analisar esta transferência utilizaremos basicamente as referências à natureza semi-árida e ao fenômeno da seca, e seus correlatos, em alguns textos produzidos na região. Nossa hipótese de trabalho é que a associação entre seca e miséria obscurece algumas questões fundamentais da histórica organização sócio-econômica e política que afetam o espaço regional. Ao assumir, progressivamente, proposições políticas, os enunciados do discurso da seca expressam um caráter político ou de forte apelo político. A seca como significante (expressão) adquire significado (conteúdo) no conjunto das relações sociais, no território de sua ocorrência e fora dele, tornando-se um signo que só poderá ser compreendido no contexto daquelas relações. O seu significado objetivo de fenômeno natural foi substituído progressivamente pela significação simbólica. O signo da natureza foi suplantado e obscurecido pelo signo da tragédia, adquirindo um forte conteúdo social e político, como tentaremos demonstrar a seguir.

Como suporte para a discussão serão utilizadas as evidências contidas nos discursos selecionados: aqueles elaborados por alguns membros da elite intelectual regional, no final do Século XIX e primeiras décadas do Século XX. Neles serão analisadas as passagens mais significativas, importantes por revelar o modo como cada autor faz referência à natureza semi-árida em geral e a seca em particular. Este procedimento tem por objetivo destacar os principais adjetivos e perspectivas valorativas para ambas, através de uma análise mais qualitativa do que quantitativa, uma vez que não serão quantificados nem o total de termos utilizados nem o total de quaisquer dos tipos de discursos tomados para análise. Este procedimento justifica-se em função da hipótese inicial, de que há efetivamente um imaginário regional que atribui à seca as causas dos problemas regionais. Trata-se aqui, nos limites desta investigação exploratória, de buscar as referências a este imaginário no tempo e de articulá-las analiticamente com o processo histórico de ocupação regional.

## CARÁTER CONTRADITÓRIO DA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOBRE A NATUREZA SEMI-ÁRIDA E SOBRE A SECA.

Aqui serão apresentados alguns textos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará – IHGC, entre 1890 e 1950. Este periódico é importante porque, seguindo a linha e diretrizes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, constituía um veículo da elite intelectual, regional e nacional, porta vozes autorizadas das posições, opiniões e valores da sociedade em sua época (BOURDIEU, 1989). O caráter contraditório, apontado no subtítulo, tem o propósito de destacar principalmente as referências às vantagens oferecidas pela natureza semi-árida, que progressivamente foram obscurecidas pelos problemas dela decorrentes, ou as qualidades da natureza frente à pouca qualidade dos homens, ou ainda a qualidade dos homens plasmada na dureza da natureza. O propósito de destacar estas contradições é indicar que a perspectiva das condições negativas da natureza e da seca como tragédia social é muito mais dominante no século XX do que foi anteriormente (RIBEIRO, 1997), no entanto a associação entre secas e necessidade de socorro às áreas atingidas é bem mais antiga.

Em 1890, Thomaz Pompeu de Souza Brasil publicou, sobre o Ceará, um texto exemplar da qualidade do clima do Sertão nordestino para o crescimento vegetativo da população. Para ele, a pouca variação da temperatura, a baixa umidade do ar e o calor produzem *excelentes condições de salubridade*, tornando o *clima (...) incontestavelmente o maior dos fatores de prolongamento da população cearense*. Mesmo os problemas têm seu lado positivo, pois *a escassez e a incerteza das chuvas torna a existência do*

cearense um verdadeiro combate, o que lhe confere qualidades excepcionais; da mesma forma a parca mesa do pobre jornaleiro, do pequeno agricultor (...) essa sobriedade, em parte forçada pelas circunstâncias, em parte transmitida por atavismo, deve concorrer poderosamente para preservar a população de moléstias das vias digestivas, que nos países quentes entram à larga na elaboração da mortalidade (I.CE, T.4, p.71-77). Em outro artigo do mesmo ano (I.CE, T.4, p.253-272.), o autor reforça a importância do clima do Sertão para tornar a população *mais viva, ágil, empreendedora e ousada*, comparando com a *ação debilitante da umidade*. Estas proposições sobre as vantagens do clima tropical semi-árido em contraposição ao clima tropical úmido revelam o diálogo com o trabalho de Henry Bukcle (1900), texto importante na época sobre o determinismo da natureza tropical e a indolência dos seus habitantes, ao qual Thomas Pompeu de Souza contrapõe a excepcionalidade do Sertão nordestino.

Em texto de 1898, no entanto, Antônio Augusto Vasconcelos (I.CE, T.2), afirma que as qualidades do clima e dos solos são prejudicadas por circunstâncias negativas como as secas, pouca água das chuvas, falta de infra-estrutura, distância, *rotina do povo* e *falta de patriotismo* da política. Referindo-se à Serra do Pereiro, são apontadas as vantagens da amenidade do clima e a fertilidade dos solos *capazes de atrair muitos braços, e conseqüentemente o capital, para produzir riquezas*. Como circunstâncias negativas para o desenvolvimento são indicadas a falta de estradas, a distância das *praças de consumo*, as secas, os invernos escassos, o *descuido dos serranos*, (que) *se limitam à satisfação de suas necessidades primárias*, além das lutas políticas pois, para esse autor, *menos política e mais patriotismo tornarão a Serra do Pereiro um centro de riqueza e abundância*.

Também João Brígido dos Santos (I.CE,T.14) em 1900, sustenta a tese da salubridade do clima afirmando *que as conclusões de que a terra era ruim estavam erradas. Não há clima mais reprodutor, nem solo mais fecundo*. Reforçando as afirmações de Thomaz Pompeu sobre o crescimento demográfico como um indicador fundamental das qualidades do clima semi-árido.

No entanto, essa mesma natureza que oferece condições tão excepcionais de salubridade e os desafios que melhoram a têmpera do sertanejo, torna-se *hostil e ingrata* quando as secas ocorrem. As estiagens prolongadas constituem um tema recorrente desde o final do século XVIII, embora um exame mais detalhada aponte nuances importantes nos textos. Na grande maioria dos artigos analisados a seca é uma referência obrigatória, definindo um campo semântico no qual a analogia com a tragédia é central. Porém, da mesma forma que as secas objetivamente produzem fome, destruição de rebanhos, *êxodos tristíssimos*, as informações sobre os seus ciclos devem ser consideradas e interpretadas.

Em texto de 1895, Thomaz Pompeu Sobrinho de Souza Brasil (I.CE, t 09, p.5-54) faz um relato das grandes secas ocorridas na região: a de 1724 a 1727, outra em 1774, *a chamada seca grande de 1791 a 1793*, as de 1809, de 1816, de 1824 a 1825, a de 1844 a 1845. Em pouco mais de um século foram registrados 14 anos de seca, o que grosso modo estabelece uma expectativa de pelo menos uma estiagem prolongada por década. Ou seja, mais do que um fato excepcional, a seca faz parte do ciclo da natureza semi-árida do Nordeste brasileiro. No entanto, a seca é incorporada à memória regional como um imprevisto. As secas são menos ou mais devastadoras, menos ou mais prolongadas, mas sempre surpreendem as *populações desprevenidas*. Manoel Esteves d'Almeida fala da *seca tão terrível e rigorosa de 1791 a 1792 que derrubou, destruiu e matou quase todos os gados dos sertões [...]*. (I.CE T1 1887, 83-86). Também Thomaz Pompeu de Souza Brasil (1895, T.09, 5-54) relata os *efeitos desastrosos para os gados e para o povo* dessa mesma seca e de outras ocorridas em outros anos. Continuando a tradição desses relatos, em 1896 Luna Freire (IHGPE, n48, p.53-65) fala da *seca pavorosa de 1877 que flagelou de modo tão cruel as regiões do norte* e ressalta os grandes êxodos das populações rurais. Muitas outras citações poderiam ser feitas reforçando o argumento do correlato da seca, sempre trágico e triste. No entanto, alguns outros correlatos podem ser encontrados, definindo uma contradição que merece ser analisada.

Numa direção oposta aos relatos acima, Arthur Dias (I.CE, T29, 1913, p228-242) afirma que o ciclo das secas e chuvas faz com que *a natureza compensadora responda logo a cada sopro de desgraça com outro alento nutriz (...)*. *Esse ritmo misterioso de ganhos e perdas constitui a história toda da vitalidade do Ceará, da resistente fibra lutadora de seus filhos*. Ou seja, não apenas a *amenidade do clima seco*, apontada mais acima, produz um homem mais saudável, mas também *esse ritmo misterioso de ganhos e perdas* contribui para a sua capacidade de luta. Portanto, além dos baixos níveis de umidade do ar, também o ciclo das secas contribui para as qualidades dos sertanejos.

Em contradição com o discurso da qualidade do clima e do homem, encontramos outro correlato importante definido pela necessidade de ajuda aos atingidos pelos efeitos catastróficos da seca. Aqui o trágico e o inesperado como componentes do fenômeno estão subsumidos e os socorros explicitados são necessários para evitar a fome e os *tristíssimos êxodos*. Assim, desde o final do século XVIII o socorro estava associado aos efeitos sociais da seca. Em 1795, Manoel Esteves d'Almeida (op.cit.) fala da seca de 1791, da falta de alimentos e *dos socorros que chegavam por mar, vindos da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão* e eram prestados aos refugiados na Vila de Aracati, *onde ninguém morreu de fome*. Nos textos do final do século XIX eram demandados *donativos*, que podiam vir tanto do governo como de

particulares, para serem distribuídos aos *indigentes*. Thomaz Pompeu de Souza Brasil (op.cit.) afirmava em 1895 “antes que o governo providenciasse sobre a miséria que ia matando o povo, a caridade particular despertou-se em várias províncias e subscrições avultadas em mantimentos e dinheiro vieram do Pará e de outros povos. Um registro aqui deve ser feito: acompanhando os pedidos de auxílios aos vitimados pelas secas vinham também as queixas de desvios dos alimentos a serem distribuídos. Ou seja, à necessidade de auxílio como correlato da seca deve ser acrescentada a corrupção como correlato desta prática.

No entanto, a partir da primeiras décadas do século XX as queixas e pedidos são dirigidos *ao sul*, onde se localizava o *governo*. O texto de Guilherme de Souza Pinto (1938) dirige-se à *gente privilegiada do sul* e pede que os *poderes públicos facilitem (ao lavrador cearense) o meio de exercer sua atividade no torrão natal, dando-lhe, nos tempos de crise climática, trabalhos, visto como ainda os senhores governantes não quiseram resolver os problemas das secas*. Progressivamente, a responsabilidade dos poderes públicos e da União é explicitada. Boanerges Facó (1955), indicando como razão da emigração rural o *horror do sertão abandonado pelos poderes públicos que fala mais alto no ânimo do nativo que o amor à gleba*, conclama que os *poderes públicos do Estado e da União vão em socorro do camponês empobrecido e abandonado!* Esta é a tônica também dos discursos políticos.

Quando a questão é a seca, um outro correlato é estabelecido: aquele que aponta as soluções para os problemas. Patrick O'Meara, de origem irlandesa, publica em 1918 um texto datado de 1894 sugerindo a irrigação como modo de manter um suprimento de água regular *nas planícies aluviais de Limoeiro para convertê-las em um centro de produção muito importante e proveitoso, que tem a seu favor grandes vantagens tais como um solo rico, um bom clima, uma grande população laboriosa e pequena distância de um conveniente porto de saída*. Em artigo de 1912, Thomaz Pompeu Sobrinho (I.CE, T.26, 215-279) reconhece que a escassez de água é a principal causa das dificuldades da agricultura e da pecuária. Defendendo também as qualidades dos solos, faz comparação com outros semi-áridos do mundo e sugere, do mesmo modo que o texto anterior, a irrigação sistemática, a partir dos açudes, e, *imitando os povos adiantados na civilização, proporcionar a água necessária ao desenvolvimento (...) das culturas úteis*. O autor faz também crítica às medidas de emergência por tratar-se de *esmola*. Em 1920, Raymundo Francisco Ribeiro (I.CE, T.4, 331-350) aponta também a irrigação como solução para o vale do Jaguaribe e critica a política exclusiva de assistência social. No entanto, ainda em 1913, Arthur Dias refere-se ao projeto de construção do açude do Quixadá, *com o fim de remediar as consequências das secas (e) que se espera possa prestar bons serviços à população desfavorecida*, possibilitando a sua fixação na região.

Deve ser assinalado, que apesar da retórica da água, a irrigação é muito pouco sugerida nas décadas posteriores, daí a importância daqueles textos do início do século. O próprio Pompeu Sobrinho que em 1912 apontava a irrigação como o caminho do desenvolvimento, em analogia com outros climas secos no mundo, em texto de 1940 retoma a posição de Arthur Dias e defende a construção de açudes como fator de fixação do homem, pois, ao contrário da *estrada*, (não) *facilita a fuga, o abandono do lar*. Além disso, a seca passa a ser *não somente um fenômeno clínico: é-o também demográfico e cultural. (...) O fenômeno é função, não só da irregularidade pluviométrica, mas também da densidade demográfica e do estado de cultura* (I.CE, T.54, 153-192). Pompeu Sobrinho foi engenheiro importante da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas e posteriormente Diretor no DNOCS, e, de acordo com F. Alves de Andrade (I.CE, 1968, T.82, p.28), *o sistematizador das obras contra as secas. Com sua inteligência, a Inspetoria recebeu os ideológicos impulsos do pensamento então dominante de Frederico Ratzel, buscando-se adaptar o meio ao homem no Nordeste, mediante a implantação de grandes barragens*. Esta adaptação do meio ao homem pode ser interpretada como a busca pelo estabelecimento de condições favoráveis à atividade mais importante – econômica, social e politicamente – no caso, a pecuária. Não é, portanto, de estranhar que a maior parte das sugestões tenham se limitado à defesa da construção de açudes.

## **A DIFÍCIL TAREFA DE REINVENTAR O NORDESTE.**

Os textos históricos, explorados mais acima, expressam uma intrigante duplicidade: uma natureza hostil, imprestável, difícil, mas que garantiu, nas duras condições do Século XVII e XVIII, possibilidades de subsistência. A muito baixa densidade demográfica foi modificada, já no início do Século XVIII, com a expansão da cultura do algodão, que propiciou maior adensamento populacional. No início do Século XIX, Koster (1942) apontou que os problemas sociais e econômicos desencadeados pelas secas decorriam “*da fragilidade dos meios de subsistência da população trabalhadora rural, que lhe impossibilitava fazer frente aos ciclos climáticos*”.

Na realidade, no processo histórico de ocupação do território regional, ao se conservar a estrutura de apropriação da terra e as formas de organização social, foram conservadas também as condições de vulnerabilidade dos trabalhadores rurais às secas. Neste sentido, o poder simbólico da imagem da seca e do clima semi-árido como desencadeadores de problemas sociais constitui um poderoso aliado na preservação da fórmula conservadora, apoiada na estratégia de dirigir as soluções dos problemas sociais

para medidas que mais reforcem do que reduzam os desequilíbrios estruturais na Região. A coincidência entre seca e morte dos rebanhos, entre seca e fome passou a ser subsumida no discurso regional como relação de causa e efeito. A seca progressivamente deixava de ser percebida como o que realmente é, um fenômeno climático, para tornar-se sujeito das mazelas sociais do território nordestino e parâmetro para suas soluções. De signo da natureza, passou a ser símbolo do território regional e mediação inescapável para apreendê-lo.

Assim, preso nas tramas da rede simbólica, tecida por mais de um século através dos textos intelectuais, políticos e literário que subrepticamente construíram um imaginário regional fundado na natureza, definindo as bases da identidade e da solidariedade no seu território, o Nordeste confronta-se com vozes dissonantes. Estas refletem o novo papel da natureza como vantagem comparativa para atividades como o turismo ou o *agrobusiness*. A imagem projetada pelos atores destes setores econômicos é profundamente contraditória com a que foi historicamente construída na Região (CASTRO, 1996). A falta de chuva é um diferencial positivo e possibilidade de crescimento da renda regional. No entanto, ao invés de forjar novas solidariedades, as profundas diferenças entre os interesses dos novos atores e dos antigos aponta mais no sentido do conflito e da fragmentação do que da cooperação.

Este confronto sugere a reedição do dualismo conservador / moderno, que na Região Nordeste possui um caráter particular. Uma pista importante nos é dada por Durval M. de Albuquerque Jr. (1999, p.312) quando afirma que o Nordeste, é tal como foi *nordestinizado*, uma maquinária de produção e de repetição de textos e imagens, que alcançaram consenso e foram agenciados pelos mais diferentes grupos e se tornaram *verdades regionais*. Continuando, o autor situa na força dessa construção imagética o componente decisivo da falta de legitimidade social do valor da inovação na Região. Neste sentido, o imaginário regional baliza o novo, define seus contornos e impõe seus limites. No entanto, a subversão da seca como valor simbólico central do imaginário regional já começou e o mito da *Califórnia brasileira* começa a ser forjado, com todas as suas contradições, é claro, mas seduzindo, progressivamente, atores sociais e políticos e transformando territórios.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ALBUQUERQUE JR., D. M. A invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo, Editora Cortez, 1999.
- BOUCKLE, H. T. História da civilização na Inglaterra. São Paulo. Typ. Da Casa Eclectica, 1900. Vol. 1.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand, 1989.
- BRASIL, T. P. S. População do Ceará em 1889. Revista do Instituto do Ceará, T. 4, 1890.
- CAMPOS, P. M. Imagens do Brasil no Velho mundo. História Geral da Civilização Brasileira. N3, Bertrand, 1993.
- CASTRO, I.C. Imaginário político e realidade econômica. O *marketing* da seca nordestina. Belo Horizonte. NOVA ECONOMIA, V2, N2, 1991.
- . O mito da Necessidade. Rio de Janeiro, Bertrand, 1992.
- . Seca *versus* seca. Novos interesses, novos territórios e novos discursos no Nordeste brasileiro. In. CASTRO et al.(Orgs.) Brasil, questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro, Bertrand, 1996.
- FACÓ, B. Fatos do Ceará. Revista do Instituto do Ceará, T. 69, 1955.
- FAORO, R. Os donos do Poder. Porto Alegre, Ed. Globo, 1976.
- FURTADO, C. Dialética do desenvolvimento. Rio de Janeiro, (2)Fundo de Cultura, 1964.
- . Formação econômica do Brasil. (11)Cia. Editora Nacional. 1972
- HOLANDA, S. B. Visão do Paraíso. São Paulo, (5)Brasiliense, 1992.
- . Do descobrimento à expansão territorial. História Geral da Civilização Brasileira.Vol.1. Rio de Janeiro, Bertrand, 1989.
- KOSTER, H. Viagens ao Nordeste do Brasil. Cia. Editora Nacional.1942.
- LANDES, D. Riqueza e pobreza das nações. Rio de Janeiro, Campus, 1998.
- LIMA, N. T. Um sertão chamado Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Revan, 1999.
- MENEZES, D. O outro Nordeste. Rio de Janeiro, José Olympio Editora. 1937.
- PAULINO, F. S. Nordeste. Discurso e prática. Fortaleza. EUFC, 1992.
- PRADO JÚNIOR, C. História econômica do Brasil. São Paulo, (14)Brasiliense, 1971.
- OLIVEIRA, F. Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro, (3)Paz e Terra, 1981.
- O'MEARA, P. A irrigação no Vale do Jaguaribe. Revista do Instituto do Ceará, T. 32, 1918.
- PINTO, G. S. Geografia econômica do Ceará. Revista do Instituto do Ceará, T.52, 1938.
- RIBEIRO, R. W. Seca e determinismo. A gênese do discurso do semi-árido nordestino. Monografia. UFRJ, 1997.
- RIBEIRO, R. F. Breve notícia do Vale do Jaguaribe. Revista do Instituto do Ceará, T.4, 1920.
- SANTOS, J. B. Povoamento do Ceará. Revista do Instituto do Ceará, T.14, 1900.
- SOBRINHO, T.P.S.B. Açude Quixeramobim. Revista do Instituto do Ceará, T. 26, 1912.
- . Alguns aspectos da geografia humana cearense. Rev..do Inst.do Ceará, T.54, 1940.